

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Comissionado
Ato: PORTARIA Nº 130/2015/MPC/PA
Data de Admissão: 25/05/2015
Nome do Servidor Cargo do Servidor Observação
JOSÉ RAFAEL PINHEIRO BOMFIM Assessor da Procuradoria
Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
Protocolo 831812

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa: 06/2015
Data: 21/05/2015
Valor: 4.080,00
Objeto: Contratação de serviço de produção fotográfica em estúdio para os 08 (oito) membros do MPC/PA e impressão de 12 (doze) fotografias para a galeria dos procuradores deste Parquet de Contas.
Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93
Data de Ratificação: 21/05/2015
Orçamento:
Unidade Orçamentária: 37101
Programa de Trabalho: 01122129745340000
Natureza da Despesa: 33903900
Fonte do Recurso: 0101000000
Origem do Recurso: Estadual
Contratado(s):
Nome: ESTÚDIO K LTDA - ME.
Endereço: Rua João Balbi nº 878, Nazaré, CEP: 66.060-425. Belém- Pará.
Telefone: (91) 3241-2504
Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
Protocolo 831821

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 2733/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor RUBENS FERNANDES ROCHA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 022/2015-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, arts. 9º, VI, e 10 do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento deste, a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS e, no seu impedimento, ÉRIKO ANTONIO ARAÚJO DE MORAIS, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 15 de maio de 2015.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Procurador-Geral de Justiça, e.e

Protocolo 831507

CONVÊNIO

Nº. DO CONVÊNIO: S/N-MP/PA

PARTES: Ministério Público do Estado do Pará e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

OBJETO: Participação do Tribunal de Justiça, através de Juízes de Direito e serventuários necessários aos seus serviços, na execução do Programa “O Ministério Público e a Comunidade”.
FUNDAMENTO: Art. 116, da Lei nº 8.666/1993.
VIGÊNCIA: 20/05/2015 a 19/05/2020.
VALOR: -
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - .
FONTE DE RECURSO: - .
FORO: Comarca da Capital do Estado do Pará.
DATA DA ASSINATURA: 20/05/2015
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Marcos Antônio Ferreira das Neves
ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha, Belém/PA e, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, Souza, Belém/PA, respectivamente.

Protocolo 831700

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA
N.º 001/2015-MP/1ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a PORTARIA N.º 001/2015-MP/1ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Inquérito Civil n.º 000280-112/2015, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
Portaria de Instauração n.º 001/2015
Data da Instauração: 12/05/2015
Objeto: Apurar as irregularidades referentes à estrutura física, fornecimento alimentar, recursos humanos e capacitação profissional da UAPI - Lar da Providência, em face da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER.
Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (titular)

Protocolo 831491

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000065-151/2015
PORTARIA Nº 010/2015

Data da instauração: 20/05/2015
Interessado: Dra. Suely Regina Ferreira Aguiar Catete.
Investigada: Secretaria Municipal de Saúde - SESMA
Objeto: Apura possível irregularidades nas folhas de frequência de servidores da SESMA, assinadas e/ou em branco, com possível ausência dos servidores e, mesmo assim o pagamento é realizado sem descontos.
Promotora de Justiça: Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

Protocolo 831492

PORTARIA N.º 2568/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotoria de Justiça de Jacundá;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito da Promotoria de Justiça de Jacundá;
CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob n.º 18942 e 20898/2015;
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a Promotora de Justiça FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ para exercer atribuições em audiências judiciais e atividade extrajudicial do cargo da Promotoria de Justiça de Jacundá, em atuação conjunta, no período de 1º a 31/5/2015, sem prejuízo das demais atribuições;
II - DESIGNAR a Promotora de Justiça ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN para exercer atribuições em processos judiciais do cargo da Promotoria de Justiça de Jacundá, em atuação conjunta, no período de 8 a 31/5/2015, sem prejuízo das demais atribuições;
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 12 de maio de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 14.05.2015.

PORTARIA N.º 2661/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da

Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotoria de Justiça de Óbidos;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito da Promotoria de Justiça de Óbidos;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
CONSIDERANDO o disposto no ofício n.º 220/2015-MP/CMP/Stm, de 27/4/2015, protocolizado sob n.º 17986/2015, em 28/4/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Óbidos, no período de 1º a 31/5/2015, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de maio de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 19.05.2015.

PORTARIA N.º 2671/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a atuação do Promotor de Justiça Renato Belini de Oliveira Costa no Município de Ananindeua;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;
CONSIDERANDO o disposto nos ofícios n.º 220 e 244/2015-MP/CMP/Stm, datados de 27/4/2015 e 12/5/2015, protocolizados sob n.º 17986/2015, em 28/4/2015 e n.º 21041/2015, em 12/5/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça ADLEER CALDERARO SIROTHEAU para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, exercer nas Promotorias de Justiça de Santarém, as atribuições do 4º cargo, no período de 11 a 18/5/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de maio de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 19.05.2015.

PORTARIA N.º 2672/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a atuação do Promotor de Justiça Renato Belini de Oliveira Costa no Município de Ananindeua;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito 4º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
CONSIDERANDO o disposto nos ofícios n.º 220 e 244/2015-MP/CMP/Stm, datados de 27/4/2015 e 12/5/2015, protocolizados sob n.º 17986/2015, em 28/4/2015 e n.º 21041/2015, em 12/5/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO AQUINO SILVA para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer nas Promotorias de Justiça de Santarém, as atribuições do 4º cargo, no período de 4 a 31/5/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de maio de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 19.05.2015.